

PROCESSO - A. I. Nº 269138.0124/21-4
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - RODRIGUES TORRES COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JJF nº 0054-01/22-VD
ORIGEM - SAT / COPEC
PUBLICAÇÃO - INTERNET 06/01/2023

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0353-11/22-VD

EMENTA: ICMS. MULTA. NOTAS FISCAIS DE ENTRADA. FALTA DE REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. Autuado comprovou ter escriturado a grande maioria dos documentos fiscais relacionados nos demonstrativos das três infrações. Revisão fiscal apontou remanescer o descumprimento da referida obrigação acessória em relação a apenas algumas notas da infração 01 e 03. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de Recurso de Ofício interposto em razão do Acórdão 1ª JJF Nº 0054-01/22-VD, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 19/07/2021, para reclamar crédito tributário no valor histórico de R\$407.837,24, em decorrência de três infrações distintas, descritas da forma a seguir.

***Infração 01 (16.01.01)** - deu entrada no estabelecimento de mercadoria sujeita a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, ocorrido de janeiro de 2016 a novembro de 2017, sendo exigida multa de R\$ 1.004,48, prevista no inciso IX do art. 42 da Lei nº 7.014/96;*

***Infração 02 (16.01.02)** - deu entrada no estabelecimento de mercadoria não tributável sem o devido registro na escrita fiscal, ocorrido nos meses de fevereiro de 2016 a novembro de 2017, sendo exigida multa no valor de R\$ 156.879,13, prevista no inciso IX do art. 42 da Lei nº 7.014/96;*

***Infração 03 (16.01.06)** - deu entrada no estabelecimento de mercadoria ou serviço tomado sem o devido registro na escrita fiscal, ocorrido nos meses de dezembro de 2017 a novembro de 2020, sendo exigida multa no valor de R\$ 249.953,62, prevista no inciso IX do art. 42 da Lei nº 7.014/96.*

A 1ª Junta de Julgamento Fiscal (JJF) apreciou a lide no dia 07/04/2022 (fls. 62 a 63) e decidiu pela Procedência em Parte do presente lançamento, em decisão unânime. O Acórdão foi fundamentado nos termos a seguir reproduzidos.

“VOTO:

Inicialmente, verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõem o auto de infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

O presente auto de infração, consiste na exigência de multa pela falta de escrituração de notas fiscais emitidas com destino ao autuado.

O autuado apresentou em CD à fl. 49, cópia do seu registro de entradas, para comprovar que as notas fiscais que embasaram o presente auto de infração foram devidamente escrituradas.

Após revisão efetuada pelo autuante, restaram algumas notas fiscais que ainda não constavam no registro de entradas do autuado, anexado em CD à fl. 49, conforme relação às fls. 51 (verso) e 52 (verso). Ademais, de acordo com o art. 140 do RPAF, o fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas. O autuado foi devidamente intimado para conhecer o resultado da informação fiscal que alterou o resultado da fiscalização, mas não se manifestou.

Assim, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do auto de infração, ficando reduzida a exigência fiscal para R\$ 35,57, de acordo com os demonstrativos às fls. 51 (verso) e 52 (verso), nos seguintes termos:

Infração 01

| DATA DA OCORRÊNCIA | VALOR HISTÓRICO |
|---------------------------|------------------------|
| 31/01/2016 | 17,32 |
| 28/02/2017 | 1,00 |
| TOTAL | 18,32 |

Infração 02 – IMPROCEDENTE

Infração 03

| DATA DA OCORRÊNCIA | VALOR HISTÓRICO |
|---------------------------|------------------------|
| 30/09/2018 | 1,27 |
| 31/10/2018 | 1,26 |
| 28/02/2019 | 1,34 |
| 30/04/2019 | 1,20 |
| 30/06/2019 | 0,83 |
| 20/11/2019 | 1,20 |
| 29/02/2020 | 10,15 |
| TOTAL | 17,25 |

Como a redução do crédito tributário foi superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), a 1ª JJF interpôs Recurso de Ofício com supedâneo no art. 169, I, do RPAF/99.

VOTO

Observo que a decisão da 1ª JJF (Acórdão JJF Nº 0054-01/22-VD) desonerou o sujeito passivo, reduzindo parcialmente o crédito tributário lançado, de R\$407.837,24, para R\$35,57, em valores históricos, fato este que justifica a remessa necessária do presente feito para reapreciação nesta corte, restando cabível o presente recurso.

Como já dito, trata-se de três infrações, todas relativas a falta de registro de notas fiscais de entrada no estabelecimento, de mercadorias sujeitas à tributação (Infração 01), de mercadorias não tributáveis (Infração 02) e de mercadorias ou serviços (Infração 03).

A redução do valor lançado decorreu da decretação de improcedência da Infração 02, bem como da decretação de procedência parcial das infrações 01 e 03, sendo esta a extensão cognitiva do presente recurso.

Considerando que as três infrações possuem o mesmo tipo legal, ou seja, “falta de registro de notas fiscais de entrada”, trato-as de forma conjunta, acompanhando o tratamento dispensado pelo acórdão recorrido.

O Sujeito Passivo se opôs ao lançamento, alegando haver registrado todas as notas fiscais relacionadas no presente Auto de Infração.

Em sua informação fiscal, o autuante admite a existência de erros e acolhe parcialmente os argumentos defensivos, conforme se extrai da sua peça informativa, em trecho à folha 51, abaixo reproduzido.

“... de fato, houve erro na lavratura do auto de infração e diversas notas fiscais eletrônicas tidos (sic) como não escrituradas, na verdade estavam.

Anexamos à (sic) esta informação fiscal os demonstrativos corrigidos.”

Anexa novos demonstrativos às folhas 51/53, oportunidade em que reduziu o montante lançado para R\$35,57.

A 1ª JJF acolheu os novos demonstrativos de débito e julgou o PAF procedente em parte.

Entendo que a Decisão recorrida não merece reparo, uma vez que se estribou no exame da escrita fiscal da empresa autuada, perpetrado pelo autuante, que lá constatou o registro dos documentos fiscais objeto da acusação em exame.

Do exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** do Auto de Infração nº 269138.0124/21-4, lavrado contra **RODRIGUES TORRES COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido, para efetuar o pagamento de multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$35,57**, prevista no inciso IX, do art. 42 da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 3.956/81.

Sala Virtual das sessões do CONSEF, 01 de dezembro de 2022.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

LUIZ ALBERTO AMARAL DE OLIVEIRA – RELATOR

MARCELO CARDOSO DE ALMEIDA MACHADO – REPR. DA PGE/PROFIS